

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR MUNICIPAL

Justificativas de alteração do gabarito de questões
(com base nos modelos de provas disponíveis no *site* do Cebraspe)

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
10	A	-	Deferido com anulação
Não há resposta correta, dado que a Portaria Interministerial nº 424/2016 revogou, expressamente, em seu artigo 82, a Portaria Interministerial da CGU/MF/MP nº 507/2011.			
27	A	-	Deferido com anulação
Além da opção apontada preliminarmente como gabarito, a opção em que se afirma que “o STF admite ADI contra disposições da LDO em razão de seu caráter e efeitos abstratos” também está correta.			
35	C	-	Deferido com anulação
A utilização da expressão “no prazo da contestação”, na opção apontada preliminarmente como gabarito, prejudicou o julgamento objetivo da questão, pois o artigo 131 do CPC define que a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de trinta dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.			
39	A	-	Deferido com anulação
Além da opção apontada preliminarmente como gabarito, a opção em que consta “caso o valor da condenação seja líquida e certa, caberá remessa necessária se ele for superior a mil salários mínimos” também está correta.			
56	D	-	Deferido com anulação
Além da opção apontada preliminarmente como gabarito, a opção em que consta “vedada a contratação de hora extra, ainda que decorrente de situações necessárias ao atendimento do princípio da continuidade do serviço público” também está correta.			
66	A	-	Deferido com anulação
Há divergência na jurisprudência do TST a respeito da bilateralidade do aviso prévio proporcional, assunto tratado na opção “o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço poderá ser aplicado apenas em favor do empregado, mas não do empregador”.			
71	D	-	Deferido com anulação
Além da opção apontada preliminarmente como gabarito, a opção em que se afirma que “a prova do negócio jurídico celebrado entre Pedro e Antônio não pode ser exclusivamente testemunhal” também está correta.			